

TRUMP, DO NEGACIONISMO CLIMÁTICO À OPERATION WARP SPEED: CRISE, MOBILIZAÇÕES E A POLITIZAÇÃO DA VACINA NOS ESTADOS UNIDOS

Edna Aparecida da Silva¹

Este artigo discute a politização da vacina nos Estados Unidos a partir da análise das posições, políticas e respostas de Trump para a pandemia, além do negacionismo à corrida pela vacina com o programa Operation Warp Speed. A exposição organiza-se a partir de dois objetivos: entender a corrida pela vacina no quadro de negacionismo e de aprofundamento das políticas neoliberais do governo Trump e compreender as tensões e mobilizações no contexto de crise e politização da vacina, que colocaram em questão a legitimidade social da ciência. A reação ao negacionismo e o anticientificismo de Trump com a mobilização de cientistas, agências reguladoras e empresas desenvolvedoras da vacina bloqueou o uso político da vacina como estratégia eleitoral de Trump. No entanto, se a politização e a desconfiança da opinião pública nos Estados Unidos produziram mobilizações anti-Trump no campo científico, também mobilizaram concepções e valores do ideário neoliberal e conservador da sociedade norte-americana. O argumento organiza-se a partir de dois temas: a relações entre ciência e política e o aprofundamento das políticas e concepções neoliberais no governo Trump.

Palavras-chave: pandemia; negacionismo; políticas públicas; neoliberalismo; Estados Unidos.

TRUMP FROM CLIMATE DENIAL TO OPERATION WARP SPEED: CRISIS, MOBILIZATIONS AND THE POLITICIZATION OF VACCINE IN THE UNITED STATES

This article discusses the politicization of the vaccine in the United States through an analysis of Trump's positions, policies and responses to the pandemic, from denial to the race for the vaccine with the Operation Warp Speed program. The exhibition is organized around two objectives: to understand the race for the vaccine in the context of denial and deepening of the Trump government's neoliberal policies and to understand the tensions and mobilizations in the context of the crisis and politicization of the vaccine that called social legitimacy into question of science. The reaction to Trump's denial and anti-scientism with the mobilization of scientists, regulatory agencies and vaccine development companies blocked the political use of the vaccine as Trump's electoral strategy. However, if the politicization and distrust of public opinion in the United States produced anti-Trump mobilizations in the scientific field, they also mobilized conceptions and values of the neoliberal and conservative ideals of North American society. The argument is organized around two themes: the relationship between science and politics and the deepening of neoliberal policies and conceptions in the Trump government.

Keywords: pandemia; denialism; public policy; neoliberalism; USA.

1. Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-8402-1612>>. E-mail: <ednasilva@uol.com.br>.

TRUMP DE LA NEGACIÓN CLIMÁTICA A LA OPERATION WARP SPEED: CRISIS, MOVILIZACIONES Y POLITIZACIÓN DE LA VACUNA EN ESTADOS UNIDOS

El artículo analiza la politización de la vacuna en Estados Unidos a través de un análisis de las posiciones, políticas y respuestas de Trump a la pandemia, desde la negación hasta la carrera por la vacuna con el programa Operation Warp Speed. La muestra se organiza en torno a dos objetivos: comprender la carrera por la vacuna en el contexto de negación y profundización de las políticas neoliberales del gobierno de Trump y comprender las tensiones y movilizaciones en el contexto de la crisis y politización de la vacuna que llamó legitimidad social. en cuestión de ciencia. La reacción a la negación y el anti-cientificismo de Trump con la movilización de científicos, agencias reguladoras y empresas de desarrollo de vacunas bloqueó el uso político de la vacuna como estrategia electoral de Trump. Sin embargo, si la politización y desconfianza de la opinión pública en Estados Unidos produjo movilizaciones anti-Trump en el campo científico, también movilizaron concepciones y valores de los ideales neoliberales y conservadores de la sociedad norteamericana. El argumento se organiza en torno a dos temas: la relación entre ciencia y política y la profundización de las políticas y concepciones neoliberales en el gobierno de Trump.

Palabras clave: pandemia; políticas públicas; negacionismo; neoliberalismo; Estados Unidos.

JEL: O38; D72; H51.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm26art8>

Data de envio do artigo: 1/5/2021. Data de aceite: 6/7/2021.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute a politização da vacina nos Estados Unidos a partir da análise das posições, declarações e políticas de Trump para a pandemia. A exposição organiza-se em torno de dois objetivos: entender a corrida pela vacina, o programa Operation Warp Speed, no quadro de negacionismo e de aprofundamento das políticas neoliberais do governo Trump e compreender as tensões e mobilizações que, no contexto de crise sanitária e política que colocaram em questão a legitimidade social da ciência.

Com a eclosão da pandemia de Sars-Cov-2, o negacionismo e o anticientificismo de Donald Trump, que inicialmente tiveram como alvo as questões da mudança climática e políticas ambientais, estenderam-se à gestão federal da crise sanitária. As medidas recomendadas pelas autoridades de saúde para contenção da pandemia, como uso de máscaras e o distanciamento social, foram criticadas e ostensivamente desrespeitadas por Trump. E, ainda, eram apontadas nos discursos do presidente como responsáveis pela crise que afetou a economia dos Estados Unidos e uma intrusão no campo da liberdade individual e econômica.

O que se verificou na gestão federal da pandemia nos Estados Unidos foi o aprofundamento das políticas do governo Trump, do negacionismo, racismo, xenofobia, e anticientificismo. Mobilizando os valores do neoconservadorismo e

do ideário neoliberal, o presidente estimulou abertamente o descumprimento das medidas de saúde pública, vistas como forma de paternalismo e “intervenção” do poder público no “mercado” de livre escolha de condutas e modos de vida (Moraes, 2001, Brown, 2018). Além do movimento anti-vacina nos Estados Unidos, que a recusam porque acreditam que cause problemas para a saúde das crianças, como o autismo,² Trump recuperou o argumento das críticas liberais do movimento anti-vacina do século XIX contra a atuação do Estado sobre corpos e saúde, como questão de esfera privada (Durbach, 2005). Dessa forma, fortaleceu-se a perspectiva neoliberal de recusa da regulação pública em nome de liberdade e da escolha individual, do indivíduo como campo “protegido” da intrusão do poder política e do social, como explica a análise de Brown (2018, p. 18, tradução nossa).

Nos Estados Unidos, à medida que a racionalidade neoliberal se ampliou e a inclusão em nome da liberdade e escolha. E aprofundou seu domínio, este princípio abstrato de garantir a liberdade pessoal contra a presumida coercividade da vida política (incluindo, mas não se limitando à coerção do Estado) se desdobrou concretamente tanto na legislação quanto no discurso popular. É amplamente mobilizado pelo direito de desafiar as normas de igualdade, tolerância e inclusão em nome da liberdade e escolha.

A partir desse campo da racionalidade liberal, deslegitima-se a política de saúde e políticas públicas fundamentadas numa concepção coletiva de bem-estar. Princípios, como mostram Noronha e Ugá (1995), que vêm norteando o sistema de saúde dos Estados Unidos desde os anos 1980.³

Assim, produziu-se uma intensa politização e resistência às respostas de saúde pública à pandemia recomendadas pelos especialistas, agências governamentais dos Estados Unidos, como o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (Centers for Disease Control and Prevention – CDC) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Os discursos de Trump, ao produzir incerteza e insegurança sobre as orientações sanitárias, sem apoio de evidências científicas, em prejuízo das recomendações das autoridades epidemiológicas. Assim, suas declarações fomentavam a equivalência de opiniões, mobilizando o anti-intelectualismo –

2. O movimento anti-vacina nos Estados Unidos ganhou força a partir de 1955 devido ao episódio conhecido como “incidente Cutter”. Um erro na produção da vacina da pólio no Cutter Laboratories, que aplicou vírus vivo em vez de inativado, provocou 40 mil casos de poliomielite, a morte de uma dezena de crianças e deixou cerca de 164 crianças com paralisia (Offit, 2005). Esse fato colocou em questão o papel das autoridades regulatórias e supervisão da segurança sobre os processos de produção em massa de vacinas.

3. “Como se sabe, os anos 80 foram palco de profundas rupturas e transformações que atingiram praticamente todos os elementos constitutivos das organizações sociais e das relações que entre elas se estabelecem. Essas transformações incluíram não só a tecnologia e a organização e divisão do trabalho, mas a ideologia e a ordem político-econômica mundial. É nesse contexto que ganhou espaço progressivamente o paradigma neoliberal, baseado na defesa de três questões centrais: a) a superioridade do livre mercado como mecanismo de alocação de recursos; b) o lugar central do indivíduo na sociedade e c) a priorização da liberdade de escolha e da diferenciação dos indivíduos em detrimento da igualdade” (Noronha e Ugá, 1995, p. 177).

rejeição e desconfiança da ciência –, que tem origens no fundamentalismo evangélico e no utilitarismo presentes na cultura americana (Curti, 1955; Hofstadter, 1963). Então, Trump, assim Bolsonaro no Brasil e Duterte nas Filipinas, é um caso de populismo médico,⁴ que se caracteriza pelo discurso de simplificação da pandemia minimizando seus impactos ou promovendo soluções ou tratamentos fáceis, espetacularização de suas respostas à crise, embasadas em pretenso conhecimento médico para apoiar suas proposições (Lasco, 2020).

Depois de suas respostas tardias, iniciativas erráticas e recusa das evidências científicas, Trump, diante do impacto provocado pela pandemia sobre a economia, o desemprego e o crescente número de mortes, adotou uma posição agressiva na gestão federal da crise sanitária. Em face do consenso de que a vacina seria a única alternativa para retorno à normalidade, Trump conciliou seu negacionismo com esforços para produzir uma vacina para os Estados Unidos. Historicamente, o desempenho econômico no ano eleitoral tem importância decisiva nas eleições norte-americanas. Por isso, Trump tentando recuperar sua imagem de liderança, associava a crise econômica aos efeitos da crise sanitária, portanto, colocando a vacina como seu principal trunfo para a disputa eleitoral.

Logo, Trump apesar do negacionismo, posturas anti-ciência e confronto com cientistas nas agências federais de Trump abriu uma corrida pela vacina. Parecia assumir posição contrária ao negacionismo e anticientificismo, já que, seguindo o desenho institucional do Projeto Manhattan,⁵ o programa apostava na capacidade da ciência para solução de problemas e produção de respostas às demandas governamentais. E foi esse o contexto da Operation Warp Speed (OWS), iniciativa da Casa Branca sob coordenação dos departamentos de Defesa e Saúde para produzir uma vacina segura e eficaz para a Covid-19 antes das eleições de novembro.

Do ponto de vista metodológico, a análise concentra-se no percurso de Trump desde o início da pandemia em 2020 até outubro, quando a Food and Drugs Administration (FDA) define novos critérios para a autorização de vacinas e põe fim à expectativa de Trump. A pesquisa utilizou, ao lado da discussão bibliográfica, fontes como documentos oficiais estadunidenses; atos legislativos; declarações; dados de departamentos e agências; relatórios produzidos pelo Congress Research

4. Segundo Lasco e Curato (2019), o conceito de populismo médico é uma resposta ao contexto de emergência de saúde ou de grande ameaça, que explora o antagonismo entre o povo e a autoridades. Nesse contexto, o estilo populista produz um discurso simplista, de apelo ao povo que "... performativamente desvaloriza a complexidade por meio de práticas retóricas de simplicidade, franqueza e aparente autoevidência, muitas vezes acompanhadas por um anti-intelectualismo explícito ou populismo epistemológico" (Lasco e Curato, 2019, p. 3, tradução nossa).

5. O Departamento de Defesa compara a OWS ao Projeto Manhattan, o qual desenvolveu as primeiras bombas atômicas entre 1941-1945 para os Estados Unidos. À época, o general Leslie R. Groves e o físico J. Robert Oppenheimer comandaram uma parceria público-privada, coordenando o trabalho de cientistas que desenvolviam as pesquisas, enquanto os militares fechavam contratos para construir uma vasta infraestrutura industrial, em um esforço para dar ao governo a liderança no desenvolvimento da tecnologia e na produção de uma bomba atômica.

Service (CRS); e publicações de revistas e jornais. Em termos analíticos, seguindo a perspectiva de Dobry (2014, p. 31) para o estudo de crises políticas busca-se de entender “aquilo de que as crises são feitas e por aquilo que se passa nelas” e olhar, na análise dos processos de crise, a dimensão tática dos confrontos políticos. Na conjuntura de crise – sanitária, econômica, social e política –, temas e problemas como o negacionismo e o anticientificismo; a defesa de “políticas baseadas em evidência”; a autoridade da ciência; o lugar da comunidade científica na formulação de políticas; e a confiança dos investidores traduzem interesses materiais, institucionais e simbólicos dos atores. Argumentamos, com as noções de crise, mobilização multissetoriais e conjunturas fluidas de Dobry (2014), que as pressões de Trump no contexto da crise sanitária produziram uma confluência de agendas dos atores, das autoridades regulatórias (FDA), da comunidade científica e de empresas privadas de biotecnologia engajadas na OWS que extrapolaram suas posições e interesses setoriais. Como observa Cruz (1997, p. 293), em nota metodológica: “Uma das propriedades formais mais notáveis das conjunturas de crise política aguda é exatamente esta: a dissolução tendencial das lógicas setoriais, a interdependência ampliada dos cálculos táticos – em uma palavra – a superpolitização dos conflitos”.

O artigo está organizado, além desta introdução e considerações finais, em quatro partes. Na segunda, aborda o negacionismo e neoliberalismo no governo Trump, discutindo como a guerra contra a ciência e os cientistas se estendeu das questões ambientais para a gestão da pandemia. Em seguida, apresenta a trajetória das atitudes e políticas de Trump para a pandemia, que se deslocou da indiferença para uma aliança entre as corporações e o Estado, com vistas à aceleração da vacina antes das eleições americanas, e descreve o programa para aceleração da vacina da OWS. Na seção 5, o texto analisa como a politização e a desconfiança da opinião pública norte-americana produziram mobilizações em torno da legitimidade social da ciência, o que bloqueou a estratégia eleitoral de Trump.

2 GUERRA À CIÊNCIA E AOS CIENTISTAS: NEGACIONISMO E NEOLIBERALISMO NO GOVERNO TRUMP

O negacionismo como atitude, tendência ou movimento que recusa fatos históricos ou evidências científicas não é um fenômeno novo. Ele está presente em vários temas, tais como teoria da evolução; astronomia e terraplanismo; vacinas; e aquecimento global e mudanças climáticas. Além da opinião de indivíduos ou grupos, o negacionismo refere-se à estratégia de ação política – potencializada pelas mídias sociais e tecnologias de informação – para produzir desinformação e influenciar a opinião pública com intuito de propagar ignorância. Isso tem sido chamado de “pós-verdade” (Fujimura e Holmes, 2019), estimulando polêmicas ou contraposições de opiniões opostas, mas equivalentes e sem autoridade epistêmica,

selecionada por visões de mundo, interesses e experiência que rejeitam evidências científicas. Essas práticas têm sido objeto da agnotologia, como definiram Proctor e Schiebinger (2008), ao estudar os processos de produção cultural da ignorância para interesse políticos e mercantis.

Um exemplo, como revela o estudo de Oreskes e Conway (2010), foi o que se verificou na estratégia da indústria de tabaco para colocar em dúvida a relação entre fumo e câncer estabelecida pelos estudos científicos. Por meio do financiamento de pesquisas, a indústria buscou ampliar o escopo de causalidades, como *stress* e efeito somáticos, com o objetivo de mitigar a força das evidências científicas, assim, desacreditar a correlação estabelecida entre fumo e câncer, que fundamentavam políticas públicas, regulações e ações judiciais bem como a política de tributação da indústria de cigarro. Dessa forma, o negacionismo lançava mão da própria ciência e de cientistas para confrontar teses já demonstradas, de modo a promover controvérsia com o objetivo de produzir incerteza e solapar o apoio público para as políticas antitabaco.

É importante observar a particularidade do negacionismo de Trump. Como explica Latour (2017, p. 36, tradução nossa): “A política trumpiana não é ‘pós-verdade’, é pós-política – isto é, literalmente, uma política sem objeto, uma vez que rejeita o mundo que afirma habitar.” Para o autor, o negacionismo climático de Trump não afeta o consenso científico sobre a urgência climática, mas sim, recusa a validade das evidências científicas para a formulação de políticas, como também sugere a análise de Oreskes e Conway (2010). Segundo Latour (2017), o consenso político do Acordo de Paris representa um compromisso para a ação que, ao incidir sobre modos de vida, padrões de consumo, concepções de mundo e sociedade, terá impactos sobre muitos setores econômicos e interesses políticos. Trata-se, por conseguinte, não só de questionamento de teses ou conhecimento científico que fundamentam a agenda da proteção climática, mas, principalmente, de um movimento de solapamento de políticas públicas baseadas em evidências, de desregulação e de redução do investimento público em programas e pesquisa para desmontar práticas de preservação ambiental.

Depois do anúncio da saída do Acordo de Paris, em 1º de junho de 2017, Trump avançou no dismantelamento das políticas e ações do Estado para a agenda climática do governo Obama. Desde sua campanha, quando chamou o aquecimento global de farsa (que usou também para a Covid-19), a agenda climática era acusada de impor restrições energéticas, prejudicar o emprego e a economia dos Estados Unidos. Em defesa de interesses corporativos, notadamente de setores ligados à exploração de combustíveis fósseis, Trump indicou Scott Pruitt para a Agência de Proteção Ambiental (Environmental Protection Agency – EPA), que avançou no processo de desregulamentação com o enfraquecimento

das regras para poluição, padrões de segurança trabalhista e meio ambiente (Woolhandler *et al.*, 2021). Ao sair da EPA em julho de 2018, Pruitt respondia por quatorze investigações federais.⁶

Desde o início do governo, em 2017, a pesquisa científica federal e o papel dos cientistas nas políticas governamentais foram alvo das ações anticiência da administração Trump. Isso ocorreu nas áreas em que a pesquisa contradizia suas visões ou que obstaculizavam sua agenda de desregulação, especificamente as informações e os estudos relacionados às mudanças climáticas. Esse foi o caso de um estudo da EPA, que desenvolvia de um método integrado de avaliação de riscos de exposição de indivíduos a agentes químicos, numa perspectiva que articulava saúde, ecologia, economia e aspecto sociais (Samet, Burke e Goldenstein, 2017). Ainda, o governo seguiu a prática sistemática de censura de informações, cortes orçamentários, troca de pessoal de agências federais, desmonte dos conselhos científicos e limitação de revisão externa independente das bases científicas de suas ações desregulatórias. Os dados do Silence Science Tracker, do Sabin Center for Climate Change Law, mostram que, entre 2017 e 2019, a EPA perdeu cerca de setecentos cientistas, com apenas a metade recolocada, e mais de 1.600 deixaram o governo no mesmo período.⁷ Além disso, também ocorreu censura e supressão de informações de *sites*, agências e documentos oficiais.⁸

Os cientistas reagiram à ofensiva de Trump. Já no primeiro ano de governo em 2017, organizaram a Marcha para a Ciência, denunciando os cortes do orçamento federal para ciência e pesquisa e a posição do governo sobre as questões climáticas. A manifestação ocorreu em várias cidades dos Estados Unidos, como Washington e Nova York, e países como Brasil, Holanda, Suíça, Áustria, França, Alemanha e Austrália.

Além das políticas ambientais, a saúde pública também foi afetada. Trump reduziu o orçamento federal de 2018 para pesquisas médicas e científicas, programas de saúde pública e prevenção de doenças e seguro saúde para americanos de baixa renda e seus filhos (Collier, 2017). Com os cortes no orçamento federal para o Instituto Nacional de Saúde (National Institute of Health – NIH), os Centros para Controle e Prevenção de Doenças (Centers of Disease Control and Prevention – CDC) tiveram uma diminuição pecuniária de 17%, ou seja, US\$ 1,2 bilhão. Isso afetou pessoas com precárias condições de saúde, principalmente portadores de diabetes e problemas cardíacos: doenças relacionadas à obesidade, que, nos Estados Unidos, segundo os dados do CDC, atingiram 42% da população adulta

6. Disponível em: <<https://weather.com/science/environment/news/2018-01-30-scott-pruitt-epa-climate-data-emails>>.

7. Disponível em: <<https://climate.law.columbia.edu/Silencing-Science-Tracker>>.

8. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/news/us-news/two-government-websites-climate-change-survive-trump-era-n891806>>; <<https://www.nbcnews.com/politics/donald-trump/biden-s-epa-review-manipulation-science-under-trump-n1262005>>; <<https://weather.com/science/environment/news/2018-01-30-scott-pruitt-epa-climate-data-emails>>.

entre 2017-2019.⁹ Essas medidas resultaram no menor orçamento em vinte anos, e incluiu redução de fundos para a Fundação Nacional de Ciência (National Science Foundation – NSF) e a Agência de Proteção Ambiental. Conforme mostrou Woolhandler *et al.* (2021), as políticas do governo Trump aprofundaram a desigualdade econômica e racial nos Estados Unidos. Ainda segundo os autores, as reduções fiscais que beneficiaram pessoas de alta renda e corporações criaram um *deficit* no orçamento, que justificou cortes em programas de auxílio-saúde e subsídios alimentares.

Um caso emblemático do anticientificismo na administração Trump pode ser observado na justificativa do agente do Departamento do Interior para a suspensão de um estudo na Virgínia Ocidental sobre os impactos da mineração de carvão na saúde dos residentes próximos: “A ciência era uma coisa democrata” (Eilperin, 2017, tradução nossa). Isso mostra que as atitudes em relação à ciência e às questões climáticas, como um marcador da distinção entre democratas e republicanos, que já estava no campo de conflitos antes da eclosão da pandemia, ganhou força, fomentando a polarização em torno da pandemia. Nos Estados Unidos, como no Brasil, o uso ou não de máscaras adquiriu dimensão simbólica como expressão das identidades políticas e do negacionismo dos seguidores de Trump.

Com base no exposto até agora, pode-se ver que o negacionismo e anticientificismo no governo Trump está relacionado ao aprofundamento das políticas neoliberais (Moraes, 1998). Foi esse o objetivo da sua reforma administrativa, o Comprehensive Plan for Reforming the Federal Government and Reducing the Federal Civilian Force, Ordem Executiva nº 13.781, que visava reorganizar as agências do Executivo, para reduzir o gasto público federal – o “tamanho do governo” – e aumentar a eficiência do gasto público, transferindo suas funções para os negócios privados, aliviando o ônus do estado regulatório sobre o orçamento. Assim, buscava eliminar os programas promovidos pela administração Obama por meio das agências do Executivo. A diminuição do escopo das atividades e dos recursos aplicados nos programas federais atingiu compras governamentais, ajuda aos estados (programas de construção de rodovias, educação etc.) e subsídios a indivíduos ou negócios, como o Medicare e subsídios agrícolas, além de cortes de orçamento e pessoal das agências e de pesquisas ligadas às mudanças climáticas.

Trump posicionou na mira de sua agenda a “desconstrução do estado administrativo”, o que, “significa o sistema de impostos, regulamentos e pactos comerciais que, segundo o presidente, impediram o crescimento econômico e violaram a soberania dos Estados Unidos”. Então, por meio da proposta orçamentária, bem como da revisão de compromissos políticos, como acordos

9. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/obesity/data/adult.html>>.

comerciais e a saída do Acordo de Paris, Trump extinguiu funções e programas das agências do Executivo, redimensionando as funções do governo federal (King e Lieberman, 2016). A posição do governo não se alterou, mesmo com a pandemia, e, como veremos, Trump manteve a política de redução do orçamento federal para saúde, concessão de isenções fiscais, saída da Organização Mundial da Saúde (OMS) e transferência de recursos públicos para grandes corporações, como foi o programa Operation Warp Speed.

No entanto, ao contrário do que parecem, essas reformas não reduziram o papel do Estado, e ainda favoreceram a ampliação das margens de ação do Executivo para sua agenda, de perfil autoritário. Para Jacobs, King e Milkis (2019, p. 453, tradução nossa), trata-se de “implantar e exercer o poder na busca de seus próprios objetivos partidários: melhorar a defesa nacional, a segurança nacional, a proteção de ordens e o policiamento local; e estabelecer políticas mais orientadas para o mercado em educação, mudanças climáticas e serviços governamentais”. Ou seja, o uso do Poder Executivo de modo mais agressivo, segundo os autores, não indica uma limitação do tamanho do Estado, mas sim uma flexão da natureza do gasto público e do uso do poder administrativo para a agenda de fortalecimento do Estado conservador, um estatismo conservador. A disputa entre liberais e conservadores é sobre visões do poder estatal, sobre suas atividades e não exatamente sobre sua redução, uma competição sobre a agenda de política pública.

O confronto de proposições entre democratas e republicanos e as divergências sobre o papel do Estado e regulações federais envolvem questões mais profundas, com raízes históricas no debate político norte-americano acerca da extensão e das funções do governo federal (Moraes, 2001). As reformas neoliberais, iniciadas com a administração Reagan, opunham-se às políticas e concepção de Estado da Great Society, das políticas do governo Lyndon B. Johnson para redução da pobreza, da desigualdade e do crime por meio de leis e de programas federais. Assim, a ampliação do mercado, o financiamento público da atividade privada e a redução dos programas de políticas públicas federais no governo Trump indicam processo de construção do estado neoliberal (Baltz, 2017) e de um estatismo conservador (Jacobs, King e Milkis, 2019).

Outro aspecto importante da discussão sobre a relação entre Estado e mercado na condução das políticas federais nos Estados Unidos, é o que Mettler (2011) chamou de estado submerso. A autora se refere às políticas federais que, desde 1980, transferem recursos públicos para o setor privado por meio de incentivos, pagamentos e subsídios, reembolso por prestação de serviços, entre outros, obscurecendo o papel do Estado. Dessa forma, mesmo aqueles que são beneficiários de programas sociais são hostis às políticas governamentais, já que

esses mecanismos de transferência escondem o papel do Estado. O argumento de Mettler (2011) ajuda a entender o perfil das políticas de Trump no cenário das respostas possíveis à crise do coronavírus.

Nesse sentido, Brown (2018, p. 16, tradução nossa) observa que “A expansão postula a liberdade de mercado como um princípio ontológico e normativo abrangente: toda sociedade é como um mercado e mais bem organizada como um mercado, e toda liberdade (pessoal, política, social, cívica) tem uma forma de mercado”. Foi nesse campo, articulando políticas e discursos com a noção de liberdade, tal como formulado pelo neoliberalismo, que Trump colocou em marcha sua estratégia para lidar com a pandemia, associada ao negacionismo e à disputa eleitoral, confrontando as posições democratas e radicalizando seu discurso para o eleitorado republicano conservador.

3 TRUMP E A PANDEMIA: ELEIÇÕES AMERICANAS E CORRIDA PELA VACINA

Em termos globais, a pandemia produziu uma crise sanitária, econômica e social – nos Estados Unidos, em particular, impactou profundamente a disputa eleitoral. A politização que se verificou desde o início assumiu diferentes contornos na medida em que emergiram tensões políticas no âmbito doméstico (governos estaduais, agências e autoridades de saúde federais) e internacional (OMS e China) e mobilizações sociais (protestos antirracismo e manifestações da comunidade científica), além do agravamento do quadro sanitário.

Desde os primeiros casos identificados em Wuhan, na China, no final de 2019, até o mês de março de 2020, a pandemia alcançou mais de 150 países, sendo mais afetados inicialmente China, Itália, Irã, Espanha, França, Estados Unidos e Reino Unido. Nos Estados Unidos, mesmo antes do governo federal, alguns estados já tinham declarado estado de emergência, como Califórnia, Nova York, Oregon e Washington.

Apesar desse cenário e dos alertas de agências e de organizações de saúde domésticas e internacionais, as atitudes e pronunciamentos de Trump relativos à Covid-19 traduziam desconhecimento e falta de informações técnicas sobre o problema. Em entrevista à Consumer News and Business Channel (CNBC), em Davos, o presidente, em tom triunfalista, afirmou que a situação estaria controlada e que não via risco de pandemia; falando aos governadores, declarou que o problema acabaria no verão: “Como de costume, deve ir embora em abril” (Lovelace Junior, 2020, tradução nossa). A frase ironizava e contrariava a afirmação do CDC, agência federal encarregada de lidar com doenças infectocontagiosas, de que o vírus poderia permanecer mais de um ano no país.

Essas declarações sinalizavam que, mesmo em face da curva ascendente da pandemia, Trump insistia no negacionismo, confrontando as autoridades

sanitárias, e avançou em temas da sua agenda de governo, como a política anti-imigração. Acusando os democratas: “A política de fronteiras abertas dos democratas é uma ameaça direta à saúde e ao bem-estar de todos os americanos. Agora, você vê isso com o coronavírus”, afirmou.¹⁰ Desde 31 de janeiro, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos já havia declarado emergência, o que permitiu imposição de restrições ao movimento de pessoas nos Estados Unidos e a exigência de quarentena de quatorze dias para chineses e pessoas que tivessem estado na China ou em países afetados pelo coronavírus. O governo Trump também foi criticado pela lentidão na aplicação e oferta insuficiente de testes, consequência da percepção de que o coronavírus não seria uma ameaça maior do que outras doenças do mesmo tipo. Dias depois, o número de mortos e infectados nos Estados Unidos disparou.

Essas atitudes ampliaram o sentimento de incerteza e desconfiança em relação às medidas epidemiológicas. Configurava-se, então, um campo de disputa pela opinião pública, por um lado, entre autoridades sanitárias nacionais e a OMS, e, por outro, o negacionismo assumido pelo presidente Trump. Como explicam Proctor e Schiebinger (2008), parte do processo de produção política e cultural de desinformação utiliza *atos alternativos* ou dados falsos, visando solapar a confiança pública nas medidas sanitárias, deslegitimando políticas e instituições.

Reagindo às críticas de democratas, republicanos e de agências da própria administração, Trump alegava que a gravidade era superestimada por causa do processo eleitoral. Para Trump, a pandemia era insignificante e mais um embuste dos democratas contra os republicanos, que buscavam criar uma situação de medo e insegurança para favorecer os temas da agenda do Partido Democrata. É importante destacar que essa polarização já era um elemento do cenário político dos Estados Unidos, devido ao processo de *impeachment* de Trump, aprovado na Câmara em 5 de fevereiro de 2020 e depois derrotado pelo Senado.

Essa polarização refletiu-se na percepção da ameaça da pandemia e nas atitudes relativas às medidas de prevenção do coronavírus. Essas tensões impactaram a gestão da pandemia, conduzindo à politização das medidas para contenção do contágio, como uso de máscaras e o distanciamento social. Assim, parte dos americanos, apesar das iniciativas de agências governamentais e das evidências do avanço da pandemia nos Estados Unidos, não seguia as normativas para o isolamento social.

Esse cenário explica, em parte, as posturas de Trump em relação à epidemia, pelo menos até o final de fevereiro. Então, em face das medidas de emergência tomadas pelos países mais atingidos e dos prognósticos de aprofundamento da

10. Disponível em: <<https://www.politico.com/news/2020/02/28/trump-south-carolina-rally-coronavirus-118269>>

crise da economia global, a discussão ganhou novos contornos nos Estados Unidos. A demora de Trump para declarar emergência impediu o acesso dos governos estaduais aos recursos de fundos do governo federal para acionarem as medidas de contenção da epidemia, tensionando as relações com os governadores.¹¹ O impacto doméstico da política comercial foi outro tema que se fortaleceu no conjunto das críticas às respostas de Trump ao coronavírus. Argumentava-se que as altas tarifas aplicadas às importações chinesas, como de equipamentos médicos, impunham o ônus da guerra tarifária aos americanos, prejudicando os pequenos e médios negócios e os consumidores, o que exigiria suspensão das restrições comerciais impostas à China.¹²

No início de março verifica-se uma flexão nas atitudes de Trump. A divulgação das previsões de crise da economia global pelas organizações internacionais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Cooperation and Development – OECD) parecem ter tido um papel na flexão de Trump, dissipando suas resistências em reconhecer a gravidade do cenário. Entre 9 e 11 de março, Trump, depois de se reunir com seguradoras de saúde e banqueiros, anunciou medidas federais, mudando o perfil de seu desempenho no tratamento da questão. Entretanto, apesar do consenso quanto à urgência do enfrentamento da crise no âmbito da saúde, as medidas priorizaram o campo das respostas econômicas.¹³

Segundo a avaliação da UNCTAD (2020), a pandemia teria impacto sobre o investimento estrangeiro direto global em cerca de 5% a 15%. Isso representaria os níveis mais baixos desde a crise financeira de 2008-2009, no caso de continuidade da pandemia ao longo do ano. O documento da OECD (2020) apresentou recomendações de políticas que deveriam ser adotadas pelos governos para a prevenção da infecção e do contágio, bem como para a mitigação e a contenção dos desdobramentos econômicos da crise. Essas medidas incluíam a adoção de políticas macroeconômicas, ações multilaterais coordenadas e aumento do gasto público.

11. Uma declaração de emergência – com base na Robert T. Stafford Relief and Emergency Assistance Act (PL 93-288), Stafford Act20, lei que regula a assistência federal no caso de emergências e desastres nos Estados Unidos – liberaria fundos da Agência Federal de Emergência (Federal Emergency Management Agency – FEMA), uma agência do Departamento de Segurança Interna que coordena as respostas a esses eventos. O que não ocorre no caso do Public Readiness and Emergency Preparedness Act (PREP Act), relacionado com a imunização e prevenção de contágio, que já tinha sido usada no final de janeiro para declaração de emergência pela Secretaria de Saúde e Serviços Humanos.

12. Nesse contexto de crise, grupos como U.S. Chamber of Commerce, National Association of Manufacturers e US-China Business Council pediram ao governo que a revogação das tarifas fizesse parte das respostas econômicas para a situação emergencial. No dia 13 de março, a American Apparel and Footwear Association, a National Retail Federation e outros grupos pediram a suspensão das tarifas sobre importações chinesas e restituição retroativa de impostos de importação. Essas demandas receberam apoio político de senadores republicanos, como Patrick J. Toomey, da Pensilvânia, e Charles E. Grassley, de Iowa.

13. Disponível em: <<https://thehill.com/policy/finance/487087-trump-to-huddle-with-bankers-on-coronavirus-economic-relief>>

Entre as medidas de Trump, seguindo as recomendações da OECD, prevaleceram as de natureza econômica, para minimizar os efeitos sobre o comércio e estimular o consumo, como os cortes de impostos nas folhas de pagamento, licença médica para trabalhadores horistas e apoio à indústria de viagens. Os recursos liberados pelo governo federal foram partilhados entre as iniciativas de autoridades locais, estaduais e agências de saúde para lidar com os aspectos sanitários da crise e subsídio das demandas sociais de trabalhadores e de parte do setor privado. O presidente anunciou também a proibição de entrada de estrangeiros oriundos das áreas críticas, como o Espaço Schengen, área de livre circulação de pessoas na União Europeia, depois Reino Unido e Irlanda.

É importante destacar, contudo, que a OECD (2020, p. 13, tradução nossa) reconhecia a limitação dessas políticas. “Os esquemas de trabalho de curta duração, quando disponíveis, podem ser utilizados para aumentar a flexibilidade do horário de trabalho, preservando empregos e salários, embora esses esquemas não protejam das demissões os trabalhadores temporários ou migrantes”, alertava o documento. Ou seja, apontava o problema das propostas de Trump: os cortes nas folhas de pagamento e nas licenças para os trabalhadores empregados não substituem uma política pública e não respondem às questões mais amplas de saúde pública e da situação de fragilidade dos trabalhadores americanos.

Muitas críticas foram feitas à proposta de cortes de imposto de grupos de alta renda, já que não geram impactos sobre o consumo e, principalmente, porque atingiria o financiamento do Medicare e Medicaid. Esses programas de seguridade social têm como fonte de financiamento os impostos federais sobre folha de pagamento, com participação dos governos federal e estaduais. Ambos exigem copagamento, ou seja, cobrem apenas parte dos custos de atendimento à saúde, logo, adoecer desempregado nos Estados Unidos significa não ter cobertura de saúde, ou ter de custeá-lo com recursos próprios. Uma renda mínima direta foi proposta como alternativa aos limites dos cortes de impostos em folha sugeridos por Trump, já que reduções na folha de pagamento fazem pouco sentido nessa circunstância, porque não têm efeito sobre quem não pode trabalhar.

A redução do financiamento de programas de seguridade social mobilizou as críticas no debate sobre a proposta de orçamento de Trump para o ano fiscal de 2021, com início em outubro. A proposta de US\$ 4,8 trilhões fazia cortes em programas sociais, um aumento de 0,3% nos gastos militares (que alcançariam a cifra de US\$ 740,5 bilhões) e ainda previa recursos para construção do muro na fronteira com o México. Apresentado no início de fevereiro, o orçamento também incluía cortes de recursos para o CDC e para o Fundo de Respostas Rápidas a Doenças Infecciosas.

Porém, ao contrário do que se pode pensar, mesmo com o agravamento da pandemia, os cortes no orçamento não foram abandonados. Quando o deputado democrata Matt Cartwright, da Pensilvânia, perguntou a Russ Vought, diretor do Escritório de Administração e Orçamento (Office of Management and Budget – OMB) da Casa Branca, se a administração teria reconsiderado a proposta, ele respondeu que não enviaria emenda ao orçamento.

O Congresso e Senado aprovaram vários pacotes de ajuda, liberando recursos para programas como o The Families First Coronavirus Response Act e The Coronavirus Aid, Relief and Economic Security (CARES) Act, sancionados pelo governo em 27 de março; Coronavirus Preparedness and Response Supplemental Appropriations Act, aprovado em 6 de março; e Paycheck Protection Program and Health Care Enhancement Act, de 24 de abril. Os recursos utilizados pelo Executivo no programa de aceleração vacina vieram das dotações previstas nessas legislações.

Para a presidente da Câmara dos Representantes, a democrata Nancy Pelosi, o programa de medidas precisaria responder às necessidades das famílias, além de fornecer testes de coronavírus gratuitos para os que não dispõem de seguro de saúde – algo em torno de 29 milhões de norte-americanos. Outras medidas deveriam incluir licença médica, seguro-desemprego (aumentado), dispositivos de apoio, remuneração de férias de emergência, aumento da ajuda alimentar e de fundos federais para assistência médica. Depois de longa negociação entre Pelosi e o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, a Lei HR6201: Families First Coronavirus Response Act¹⁴ foi aprovada por consenso bipartidário, abarcando as diferentes proposições do Executivo e do Congresso.

O texto da HR6201 impressiona, na medida em que revela a situação do mundo do trabalho nos Estados Unidos somada à ausência de um sistema de atendimento universal de saúde.¹⁵ Entre as necessidades de assistência aos trabalhadores americanos apontadas no texto estão: i) ajuda alimentar às crianças, que, devido à suspensão de aulas, poderiam ficar sem refeições; ii) o auxílio para os desempregados em razão da crise; e iii) licença médica remunerada para os trabalhadores infectados, horistas e autônomos. Esses aspectos retrata o quadro estrutural de vulnerabilidade social e a precarização do trabalho nos Estados Unidos que foi agravado pela pandemia.

14. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/6201/text>>.

15. A análise do debate sobre os modelos de financiamento do sistema de saúde nos Estados Unidos mostra que “Embora os gastos com saúde *per capita* sejam maiores nos Estados Unidos do que em qualquer outro país, mais de 37 milhões de americanos não têm seguro saúde e mais 41 milhões têm acesso inadequado aos cuidados” (Galvani *et al.*, 2020, p. 524, tradução nossa).

Apesar do consenso sobre a urgência do enfrentamento da crise sanitária, Trump manteve o negacionismo e a postura anticiência, além das tensões com as autoridades sanitárias e as iniciativas dos estados, dando prioridade ao campo das respostas econômicas. Também continuou sem uma estratégia nacional tanto para a logística de equipamentos de proteção individual, quanto no âmbito da saúde pública e epidemiologia, por exemplo, sem adotar uma política de testagem em massa. Em relação aos estados, Trump encorajou Flórida, Arizona e Texas, bases do eleitorado republicano, a não adotar medidas de saúde pública, e, nos casos de Michigan e Nova York, estimulou a desobediência ao distanciamento social e ao uso de máscaras. Isso ganhou dimensão simbólica da polarização entre democratas e republicanos, inclusive, como elemento da estratégia de contestação eleitoral.¹⁶ É no contexto das preocupações eleitorais de Trump, junto com a prioridade à economia, a ajuda aos grandes grupos econômicos e a recusa da adoção de medidas sanitárias de natureza coletiva pelo governo federal, que se pode compreender o programa de aceleração da vacina.

4 OPERATION WARP SPEED: O “PROJETO MANHATTAN” DE TRUMP

O OWS foi uma iniciativa da Casa Branca para acelerar o processo de desenvolvimento e produção de vacinas para a Covid-19. Seus objetivos eram: i) acelerar os processos de desenvolvimento, produção, manufatura e distribuição de vacinas, terapias e diagnósticos; ii) reduzir o tempo de cada fase da produção de uma vacina, previsto pelo organograma Developing Vaccine do Departamento de Defesa;¹⁷ e iii) obter vacina segura e eficaz, terapias e diagnósticos para o Sars-Cov-2 até outubro de 2020. As empresas deveriam fornecer 300 milhões de doses para os cidadãos americanos até janeiro de 2021. Em oito meses, o programa conseguiu garantir aos Estados Unidos uma posição de liderança na inovação em biotecnologia com novas plataformas de vacinas assim como o seu acesso ao maior número de doses.

Assim, na sua corrida pela vacina, Trump recorreu à ciência, reconhecendo, portanto, sua capacidade para a solução de problemas, tanto para a pandemia quanto para a recuperação da economia norte-americana. Contudo, manteve o seu negacionismo e posturas anticiência, já que, apesar da corrida pela vacina, não houve esforços para promover campanha federal de vacinação.¹⁸

16. Enquanto a campanha democrata incentivava o voto pelo correio, coerente com as preocupações de Biden com a pandemia, Trump, por sua vez, convocava os republicanos para votarem pessoalmente no dia da eleição. Depois, a narrativa de Trump para a contestação do resultado eleitoral apontava que “surgiam” milhares de votos por correios para Biden, o que para ele era prova da existência de fraude eleitoral.

17. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2020/Aug/13/2002476369/-1/-1/0/200813-D-ZZ999-100.JPG>>.

18. Atualmente, embora os Estados Unidos tenham o maior estoque de vacinas e de doses por pessoa, os esforços do governo Biden para a vacinação não conseguiram convencer os naysayers, como são chamados os que dizem não à vacina, o que revela a resiliência do movimento antivacina.

O programa da vacina de Trump, buscando uma resposta urgente à emergência sanitária, foi definido pela ideia de celeridade. Assim, justificado pelo consenso sobre a necessidade de vacina, o OWS articulou os interesses políticos de Trump, sua reeleição, e das corporações do setor farmacêutico biotecnologia. O nosso argumento busca mostrar que a corrida pela vacina teve sua origem, cronograma, desenho institucional e modelo organizacional estabelecidos a partir do calendário eleitoral e das políticas neoliberais implementadas pela administração Trump para potencializar a atividade do setor privado por meio de recursos e instituições públicas. Dessa forma, o financiamento da inovação tecnológica e mecanismos para eliminação de riscos e de competição, previstos no OWS, reposicionaram as corporações da indústria farmacêutica norte-americana no mercado global.

O OWS teve origem na proposta de um grupo de cientistas e bilionários, chamado, *Scientists to Stop Covid-19*, liderados por Tom Cahil, investidor e médico com ligações com a administração Trump. O grupo sugeriu um plano para solucionar o problema da pandemia, e descreveram sua proposta como o Projeto Manhattan da era do *lockdown*, como noticiou o *Wall Street Journal*. Segundo Haefner (2020), tratava-se de proposta não partidária para produzir terapias e vacinas num tempo mais curto possível e reabrir a sociedade americana. Assim o grupo estabeleceu a comunicação entre a Casa Branca e a indústria farmacêutica, enfatizando a necessidade de “esforço colaborativo massivo e bem-organizado do governo, indústria, filantropia e cidadãos. É vital que estabeleçamos essas parcerias e tomemos medidas imediatamente”.¹⁹

Em abril de 2020, a OWS já estava em funcionamento, apesar de só ter sido divulgada em 21 de maio, depois das declarações de Trump – referindo-se às vacinas da alemã CureVac e da francesa Sanofi Pasteur – de que teria uma vacina para os Estados Unidos antes de todos. Depois da polêmica, que provocou reações globais, em particular da Alemanha e França, o programa foi publicizado, e ficou claro o motivo e as condições contratuais pelas quais Trump acreditava que os Estados Unidos teriam prioridade no acesso às vacinas.

O programa era parte do programa Manufatura Farmacêutica na América da Autoridade Biomédica de Pesquisa e Desenvolvimento Avançado (Biomedical Advanced Research and Development Authority – Barda).²⁰ A parceria estratégica iniciada em maio de 2020 visava promover e expandir a capacidade de fabricação, com base no território dos Estados Unidos, de ingredientes farmacêuticos ativos e medicamentos genéricos para a Covid-19 e fortalecer a capacidade de resposta a emergências de saúde pública. Dessa forma, o programa oferecia apoio

19. Disponível em: <<https://on.wsj.com/39CHTdX>>. Tradução nossa.

20. Disponível em: <<https://bit.ly/3IH8bkO>>.

e investimento para: i) expansão da capacidade doméstica de manufatura de suprimentos como agulhas, seringas e frascos; ii) inovação no setor manufatureiro; e iii) como parte do Interagency Covid-19 Response Team, a capacidade doméstica de manufatura para produção de vacinas e tratamentos da Covid-19. Esta última define os objetivos do programa OWS.

O programa, como sugerido, seguiu o desenho organizacional do Projeto Manhattan, secreto e coordenado pelo Departamento de Defesa, como iniciativa da Casa Branca. A direção de operações foi delegada ao general Gustave F. Perna, comandante do Comando de Material do Exército dos Estados Unidos, e ao cientista Moncef Slaoui, ex-diretor de pesquisa e desenvolvimento de vacinas globais na Glaxo Smythe Kline (GSK), ao qual coube o cargo de consultor-chefe. Slaoui também é um investidor de risco, participou de conselhos consultores científicos de fundos de investimento e é membro do conselho de administração da Moderna, empresa que recebeu recursos da OWS.²¹ O programa foi coordenado pelo secretário de Defesa, Mark Esper, e de Serviços Humanos e Saúde, Alex Azar, ex-executivo e lobista do setor farmacêutico indicado em 2017 por Trump, envolvendo corporações privadas e agências governamentais incluindo, portanto, os CDCs, a Agência de Alimentos e Medicamentos (Food and Drugs Administration – FDA), o Instituto Nacional de Saúde (National Institutes of Health – NHI) e a Barda.²²

Dessa forma, o OWS beneficiou-se dos mecanismos do Departamento de Defesa (Department of Defense – DoD) para flexibilização de contratos com o setor privado, os acordos chamados outras transações (Other Transactions Authority – OT). Os OTs permitem que os contratos sejam feitos por meio de uma empresa intermediária, estabelecendo contratos privados com outras, o que facilita a contratação entre pequenas e médias empresas ou inventores, que não ficam submetidos às exigências da Regulação de Aquisições Federais (Federal Acquisition Regulation – FAR). Então, esse contrato entre empresas privadas fica fora do alcance da supervisão regulatória e das exigências de transparência do governo federal, como a Lei de Liberdade de Informação (Freedom Information Act – FOIA). Ainda, podem incluir restrições ao Bayh-Doyle Act, Lei de Emenda

21. Além do OWS, o governo Trump tinha retomado o financiamento de projetos espaciais e priorizado o desenvolvimento de inteligência artificial e computação quântica, setores incluídos nas regulações de segurança nacional aprovadas em 2018 (Silva, 2021).

22. A Barda é uma agência do gabinete do secretário assistente de preparação e resposta do Departamento de Saúde e Serviços Humanos (Health & Human Services – HHS) dos Estados Unidos. Segundo Eichberg (2015), ela foi criada pelo Congresso em 2010 para lidar com ameaças de segurança em saúde e doenças infecciosas. Além disso, a agência se ocupa de projetos com aplicação clínicas e em biodefesa para fornecer insumos federais de contramedidas em estágios finais de desenvolvimento para combater bioterrorismo e pandemias, bem como coordena investimentos em projetos de inovação; pesquisa e desenvolvimento; aquisição e produção de vacinas; drogas; instrumentos de diagnósticos; e produtos não farmacêuticos. Em conjunto com a FDA, agência americana reguladora do setor de alimentos e remédios, atua na segurança e a proteção da saúde pública relativa aos produtos biológicos de uso humano e recursos médicos.

à Lei de Marcas e Patentes (Lei nº 96-517, de 12 de dezembro de 1980), da FAR, segundo a qual o governo usufrui de licença não exclusiva para usar a propriedade intelectual desenvolvida no âmbito do contrato.

Os acordos OTs foram criados para acelerar os contratos da National Aeronautics and Space Administration (NASA), no contexto da corrida espacial com a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) nos anos 1950. Segundo os autores, o DoD poderia atrair empreiteiros não tradicionais com capacidades tecnológicas promissoras, estabelecer um mecanismo para reunir recursos com outras entidades e obter tecnologias de uso duplo de última geração (Schwartz e Peters, 2019). Dessa forma, os OTs eram vistos como forma ágil, não submetida a controles burocráticos, que atraía os investidores e permitia ao DoD investir e influenciar a direção da inovação tecnológica em setores estratégicos.

Cabe destacar que, nos OTs, os conteúdos dos contratos entre a empresa intermediária e as empresas favorecidas não são publicizados e podem ficar protegidos por um período. No caso da OWS, a intermediária foi a Advanced Technology International (ATI), e os conteúdos dos contratos ficarão fora do alcance público por cinco anos.²³ Segundo os dados divulgados, mostrados no quadro 1, o programa teria mobilizado um orçamento de quase US\$ 10 bilhões de dólares, sendo mais de US\$ 6,5 bilhões da Barda e US\$ 3 bilhões dos NHIs, direcionados para as vacinas candidatas e o financiamento da logística de produção por meio de contratos de parceria de risco. Entretanto, acredita-se que o volume de recursos envolvidos passe de US\$ 13 bilhões.

No modelo de parceria público-privado do OWS, os riscos do investimento são transferidos para o público (Slaoui e Hepburn, 2020). A eliminação dos riscos para o investidor foi considerada um traço importante para o sucesso da OWS, devido às características dos processos de desenvolvimento de vacina, que envolvem tempo, custo e incerteza na etapa de produção e a competição no mercado, o que desestimularia o investimento, por isso, o controle de patentes é considerado um ativo fundamental para as empresas. Esses problemas foram equacionados de duas formas: pelo investimento e suporte das agências e instituições públicas na etapa de desenvolvimento, como veremos a seguir, e por meio dos acordos de compra antecipada (Advance Purchase Agreements – APA). Por intermédio deste último, o contratante assume a obrigação legal de comprar quantidades de vacinas por um preço predeterminado antes da produção, eliminando a incerteza do mercado. Também foram incluídas cláusulas que transferiram para o Estado a responsabilidade legal de assumir demandas de indenização de consumidores nos casos de efeitos colaterais.

23. Disponível em: <<https://bit.ly/3EAPI11>>.

QUADRO 1
Operation Warp Speed: acordos entre Estados Unidos e empresas de biotecnologia

Empresa	Data	Valor (US\$)	Contrato
AstraZeneca/Universidade de Oxford	21/5/2020	1,2 bilhão	300 milhões de doses para os Estados Unidos; entrega de doses em outubro, caso recebesse autorização da FDA.
GSK/Sanofi/Pasteur	10/4/2020	30,775 milhões	Aceleração do desenvolvimento, incluindo testes clínicos. Manufatura em larga escala.
	30/7/2020	2,042 milhões	
Janssen Pharmaceuticals (Johnson & Johnson)	30/5/2020	450 milhões	Financiamento da pesquisa e propriedade de 100 milhões de doses para os Estados Unidos.
	5/8/2020	1 bilhão	
Moderna	16/4/2020	483 milhões	Após conclusão da fase 1, recebeu indicação para <i>fast track</i> da FDA. Manufatura e distribuição.
	11/8/2020	1,5 bilhão	
Novavax	7/6/2020	1,6 bilhão	100 milhões de doses para os Estados Unidos. Produção em larga escala nos Estados Unidos. Participa da força-tarefa de vacinas do Reino Unido.
Pfizer/Biontech	22/7/2020	1,95 bilhão	100 milhões de doses para os Estados Unidos. Manufatura e distribuição.
Regeneron	07/2/2020	82,368 milhões	Produção e fornecimento de coquetel de anticorpos.
	15/6/2020	85,094 milhões	
	7/7/2020	450 milhões	

Fonte: U.S. Department of Defense. Disponível em: <<https://medicalcountermeasures.gov/app/barda/coronavirus/COVID19.aspx>>. Elaboração da autora.

Outro aspecto importante do programa é o financiamento da capacidade manufatureira. Os contratos e o investimento previam a modernização e a capacitação as plantas produtivas localizadas nos Estados Unidos para a produção da vacina no território americano e da indústria de suprimentos auxiliares das vacinas, tais como agulhas, seringas e frascos de vidro. Mais de uma dezena de empresas receberam recursos, como Corning Pharmaceutical Technologies (US\$ 204 milhões), SiO2 Materials Science (US\$ 143 milhões), Apiject Systems America (US\$ 138 milhões), Goldbelt Security, LLC (US\$ 125 milhões), entre outras, com valores abaixo de US\$ 53 milhões, como mostra os dados do relatório do Congressional Research Service.²⁴ Aqui fica evidente que o “nacionalismo da vacina” foi um vetor dos processos de desenvolvimento e produção das vacinas, em resposta às preocupações com a dependência da cadeia global de suprimentos em saúde que emergiram com a pandemia.

A aceleração do desenvolvimento prevista no modelo da Barda para o OWS produziu inovações no processo: etapas seriam realizadas concomitantemente, e não em sequência, como comum na produção das vacinas, tendo como objetivo obter as tecnologias de ponta, como o RNA (Pfizer e Moderna), vetor viral não

24. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IN/IN11560>>.

replicante (AstraZeneca e Johnson e Johnson) e subunidade de proteína (Novavax e Sanofi/GSK). Como explicaram Slaoui e Hepburn (2020, p. 1702, tradução nossa), o programa foi estruturado para oferecer “suporte a candidatos promissores, permitindo a execução rápida e paralela das etapas necessárias para a aprovação, ou autorização, de produtos seguros pela FDA”, numa estratégia que se organizou com base em quatro critérios e alguns princípios. Inicialmente, foram selecionadas quatorze vacinas promissoras de um conjunto de mais de cem candidatas e, depois, esse número foi reduzido a seis, como mostra o quadro 1. A escolha obedeceu aos seguintes critérios: i) diversidade de tecnologias; ii) plataformas de vacina; e iii) estágio de desenvolvimento, considerando-se os resultados dos testes das fases 1 e 2, nos quais já haviam demonstrado segurança e eficácia.

Assim, a OWS dividiu-se em duas grandes etapas: uma de desenvolvimento da vacina com apoio aos testes clínicos, e outra para produção e distribuição. Esta última, contudo, dependeria da aprovação da FDA, o que leva em média doze meses. Por isso, o programa previa a solicitação de licença e de autorização de uso emergencial para iniciar a manufatura em larga escala e a distribuição. Como apontam Slaoui e Hepburn (2020), a execução paralela das etapas necessárias para aprovação, ou autorização, que certifica a segurança dos produtos (uma atribuição da FDA), foi incorporada à fase de desenvolvimento, acelerando o processo. Isso foi possível graças ao chamado *fast track designation* (indicação para via rápida), um mecanismo previsto na Seção 112, da Lei de Modernização da Administração de Alimentos e Medicamentos (FDAMA), de 1997.²⁵

O *fast track designation* permite que os projetos em estágio avançado solicitem aprovação acelerada, e, a partir daí, passem a usufruir de uma revisão contínua e comunicação com a FDA no processo de desenvolvimento do produto. Isso significa que as empresas podem reduzir o tempo normal de aprovação, uma vez que têm supervisão e diálogo com a agência, revelando que a atuação da FDA e o uso de uma autorização de uso emergencial estiveram desde o início no foco do programa de Trump. Moderna, Pfizer, BioNtech e AstraZeneca obtiveram o *fast-track* (via rápida) e explicam as expectativas de Trump sobre o acesso dos estados à vacina.

O financiamento público, os contratos e o apoio institucional das agências governamentais favoreceram essas empresas na concorrência com outras centenas de projetos de vacina. Isso facilitou a expansão de suas fontes de financiamento, como acordos e contratos de risco com outros governos, e a valorização suas ações no mercado financeiro. Segundo artigo do *The New York Times*,²⁶ o próprio Moncef Slaoui, chamado de *Czar das vacinas*, viu o valor de suas ações na Moderna

25. Disponível em: <<https://bit.ly/2Tw6bBU>>. Tradução nossa.

26. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/05/20/health/coronavirus-vaccine-czar.html>>.

saltar de quase US\$ 2,4 milhões para US\$ 12,4 milhões após a empresa divulgar dados preliminares da fase inicial de seus testes.

O mero anúncio de que uma empresa teria sido selecionada para a OWS provocava imediata elevação do valor de suas ações. Este foi o caso da Regeneron, que registrou uma alta de 80% e teve seus papéis vendidos pelos principais executivos e por seu conselho diretor por US\$ 700 milhões (Gelles e Drucker, 2020). Sozinho, o CEO da Regeneron, Leonard Schleifer, vendeu ações no valor de US\$ 178 milhões em um único dia. Outro exemplo é o caso da Vaxart, única a desenvolver um projeto de vacina oral que foi pré-selecionado apenas para análise, porém não fez parte da OWS. Todavia, ao divulgar que teria sido selecionada para participar do programa da Casa Branca, elevou em seis vezes o valor de suas ações, gerando lucros instantâneos de US\$ 200 milhões para o fundo multimercado (*hedge fund*) que controla a empresa norte-americana. Segundo Corsi (2020), essa valorização tem sustentado a rentabilidade do setor financeiro na trajetória de longa depressão do capitalismo. Portanto, apesar da crise de rentabilidade, os mecanismos financeiros de valorização do capital permitem que esses grupos mantenham altos níveis de ganhos, enquanto a depressão afeta demais setores, especialmente os trabalhadores (Roberts, 2020). Essa disparidade se tornou ainda mais pungente no contexto da pandemia.

Isso mostra que o programa de nacionalismo econômico de Trump, com a promessa de recuperação da indústria e de empregos norte-americanos, favoreceu os interesses das corporações farmacêuticas e as indústrias da cadeia produtiva. Estas, beneficiadas pelo investimento público e transferência de riscos para o Estado, apropriaram-se também dos mecanismos financeiros de valorização do capital fictício. Dessa forma, a produção da vacina, mais do que condição para a retomada da economia, foi em si mesma um elemento da retomada, num esforço para recuperação da competitividade dessas empresas no mercado farmacêutico global. Esse esforço teve como pano de fundo as preocupações com a dependência dos Estados Unidos em relação à China, maior produtor global de ingredientes farmacêuticos ativos (USCC, 2020).

Retomando o argumento de Jacobs, King e Milkis (2019), o programa OWS demonstra a centralidade do Estado na coordenação e no financiamento, tanto da inovação tecnológica, quanto dos recursos públicos e estrutura institucional governamental, sem os quais as corporações farmacêuticas não produziram as vacinas. Politicamente, assentou-se no consenso político em torno da prioridade conferida à produção da vacina como condição para a retomada da atividade econômica e da normalidade da vida social. Isso justificou, para a opinião pública, que parte dos trilhões de dólares aprovados nos pacotes de ajuda, do qual pequena parte foi direcionada para os trabalhadores, fossem aplicados no financiamento

da inovação e da recuperação da capacidade produtiva do setor biofarmacêutico. Ainda, a securitização da inovação em biotecnologia no cenário de emergência sanitária legitimou a transferência de recursos públicos para o setor privado em detrimento de outras demandas sociais ligadas à saúde.

Voltando ao nosso argumento, é importante destacar que esses aspectos implicados na corrida pela vacina explicam a pressão de Trump sobre a FDA para a autorização do uso emergencial. Por isso, a agência foi entronizada no debate que envolveu demandas da Casa Branca, pressões da comunidade científica, interesses de investidores e críticas da opinião pública, o que conduziu à intensa politização da vacina, num movimento de mobilização e conflitos, como analisaremos na próxima seção.

5 POLITIZAÇÃO DA VACINA: MOBILIZAÇÕES SETORIAIS E A DERROTA DE TRUMP

Nessa conjuntura de crise – sanitária, econômica e política –, as mobilizações de diversos atores afetaram decisivamente as pretensões eleitorais de Trump. Apesar da expectativa global pela vacina, a politização despertou preocupações na opinião pública nos Estados Unidos. Isso porque as atitudes de Trump – no caso da pressão sobre a FDA para a aprovação do uso emergencial da hidroxicloroquina, retirada posteriormente devido à falta de evidências de eficácia para a Covid-19; depois, da terapia de plasma, e para autorização de uso emergencial das vacinas por causa das eleições – afetaram a confiança da população norte-americana quanto à qualidade do produto a ser oferecido e nas agências regulatórias, como mostraram as pesquisas de opinião.

Em março, a FDA concedeu autorização para uso emergencial da hidroxicloroquina e cloroquina para pacientes com Covid-19, medicamentos ostensivamente promovidos por Trump. Em junho, a agência retirou a autorização porque pesquisas evidenciaram que esses medicamentos não teriam eficácia no tratamento ou prevenção para a Covid-19, além de produzirem efeitos colaterais negativos. Esse fato abriu o confronto entre o presidente e a FDA, que passou a ser alvo dos discursos e das pressões, colocando em xeque a autoridade da agência e sua capacidade de responder às necessidades do combate ao coronavírus.

Então, as mudanças táticas dos atores produziram nova conexão de sentido para a politização da pandemia. Inicialmente, ela se referia à polarização entre democratas e republicanos sobre o negacionismo e a resistência às medidas de saúde pública – entretanto, agora se tratava da interferência da autoridade política nos processos de aprovação emergencial como estratégia eleitoral. Isso ficou claro para a opinião pública, quando, no discurso de encerramento da Convenção Republicana, o presidente Trump afirmou que os Estados Unidos teriam uma

vacina segura e eficaz para a Covid-19 antes do final do ano, devido às iniciativas de seu governo. E, além da vacina, o país também recuperaria sua capacidade de produção no setor de fármacos, parte de seu compromisso em garantir tratamentos e medicamentos a preços acessíveis.

No entanto, o que o presidente esperava ser uma solução abriu mais uma entre as múltiplas controvérsias de sua gestão da pandemia, gerando um ambiente de desconfiança em relação à vacina devido à politização crescente. A pesquisa do The Harris Poll revelou que, para 83% dos entrevistados, a aprovação rápida de uma vacina envolveria dúvidas sobre a sua segurança, e a percepção pública era de que a política, mais do que a ciência, estaria conduzindo o processo (Baker, 2020). Segundo uma pesquisa,²⁷ 54% dos entrevistados declararam que não tomariam uma vacina que estivesse disponível gratuitamente antes das eleições.

Essas posições traduziam o ambiente geral de desconfiança e politização da vacina nos Estados Unidos. Além disso, as críticas dos governadores, da campanha democrata e da comunidade científica norte-americana, incluindo até mesmo os especialistas da administração Trump, alertavam para o potencial impacto sobre a confiança pública na vacinação. Segundo Anthony Fauci (*apud* Frias, 2020), diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas (National Institute of Allergy and Infectious Diseases – NIAID), não seria possível definir uma data, como vinha sendo anunciado por Trump, o que provocou reação de Alex M. Azar, secretário de Serviços Humanos e de Saúde. Em entrevista à rede CBS, Azar declarou que: “Não tem nada a ver com eleições. Isso tem a ver com a entrega de vacinas seguras e eficazes ao povo americano o mais rápido possível e com a salvação de vidas das pessoas. Quer seja 15 de outubro, quer seja 1^a de novembro, trata-se de salvar vidas, mas cumprindo os padrões de segurança e de eficácia da FDA” (Lovelace Junior, 2020, tradução nossa).

É importante destacar que as críticas se referiam às pressões de Trump sobre processos da FDA, e não à ausência de uma estratégia de política pública para enfrentamento da pandemia ou às condições institucionais que deram suporte à OWS – o financiamento público das corporações privadas.²⁸ Este constitui um traço característico do sistema de inovação nos Estados Unidos, que, apesar de manter uma licença de uso, confere ao setor privado o direito de propriedade intelectual e de comercialização de tecnologia desenvolvida com recursos públicos, conforme a Parte II do título 35 do U.S. Code.²⁹ Aliás, a questão

27. Disponível em: <<https://bit.ly/2SOFZC5>>.

28. Em 2 de julho, o Comitê de Apropriações da Câmara dos Representantes realizou uma audiência pública, presidida pelo senador republicano Roy Blunt, chamada *Review of Operation Warp Speed: Researching, Manufacturing, & Distributing a Safe & Effective Coronavirus Vaccine*. Entre vários aspectos analisados, um foi o critério de seleção das empresas participante do programa e o conflito de interesses, já que Moncef Slaoui, chamado de czar das vacinas, é acionista da GSK, da qual também tinha sido executivo, e membro do conselho da Moderna. Disponível em: <<https://bit.ly/3Cstuxd>>.

29. Disponível em: <<https://bit.ly/2Xx9wIQ>>.

das patentes é um tema central na discussão atual sobre a produção e o acesso global às vacinas, que, como argumenta Shadlen (2020), exigirá mecanismos de transferência de conhecimento e tecnologia, já que o relaxamento das barreiras legais provavelmente não será suficiente.

Nesse cenário, a FDA, a comunidade científica e as empresas de biotecnologia tiveram papel importante na reação e resistência à politização da vacina por Trump. Suas atitudes e políticas anticiência, desde o início da sua administração, afetaram a pesquisa científica, a formulação de políticas públicas baseadas em evidência, e, sobretudo, os interesses de cientistas no mercado de consultorias e sua participação na formulação de políticas públicas, conselhos e acesso a financiamento.

Essa crescente desconfiança da opinião pública sobre a FDA preocupava comunidade científica, autoridades sanitárias e governos estaduais. Apesar da diversidade e dos conflitos de interesse, esses atores moveram-se no sentido de confluência de suas agendas. Assim, no curso dos eventos, constituiu-se uma rede ou trama de significação, que, segundo a perspectiva de análise da teoria das conjunturas fluidas esboçada por Dobry (2014), escapou à lógica setorial ou às ações conscientes dos indivíduos e atores coletivos. Configurou-se, então, um processo de deslegitimação, que concorreu para fragilizar a estratégia de Trump em relação à vacina.

A FDA reagiu às críticas das lideranças médicas e dos democratas asseverando que não estariam sob pressão de Trump, e que suas decisões eram científicas, não políticas.³⁰ Depois, publicou novas diretrizes para a autorização de uso emergencial de vacina nos Estados Unidos. O documento *Development, Authorization and Licensure of Vaccines to Prevent COVID-19*³¹ exigia, na apresentação dos resultados dos testes clínicos, um período de observação de dois meses depois de aplicação da última dose. Como as diretrizes foram publicadas em 2 de outubro, nenhuma autorização seria possível antes das eleições. A Casa Branca – apesar das queixas e da ameaça de veto, classificando tal atitude como golpe político – endossou as novas regras aprovadas pela agência em 22 de outubro. Isso fez naufragar o *Outubro Surpresa*, expressão que nos Estados Unidos refere-se à expectativa de que eventos de última hora impactem o eleitor e afetem resultados eleitorais (Keller, 2016). No caso de Trump, a expectativa era de que uma vacina desenvolvida e fabricada nos Estados Unidos antes das eleições, como um emblema do *America First*, melhorasse sua imagem, minimizando efeitos eleitorais de sua péssima gestão da crise sanitária.

30. Disponível em: <<https://on.wsj.com/2VWrfm6>>.

31. Disponível em: <<https://bit.ly/3CyAwRc>>.

A mobilização da comunidade científica na resistência a Trump remonta a campanha de 2016. Desde então, e notadamente ao longo de 2020, com o agravamento da pandemia, diversas revistas publicaram editoriais e artigos criticando o negacionismo de Trump e seus efeitos sobre a gestão federal da pandemia. As revistas científicas *The Lancet Oncology*, *Science*, *Nature*, *Scientific American* e o *The New England Journal of Medicine* assumiram abertamente sua posição anti-Trump. O editorial *Scientific American Endorses Joe Biden*,³² publicado em outubro de 2020 sob a rubrica Policy & Ethics, declarou que, em 175 anos da história do periódico, pela primeira vez assumia um candidato presidencial. E entre os vários aspectos apontados para o apoio a Biden, destaca “... restaurar o papel da ciência legítima na formulação de políticas. Ele solicita perícia e transformou esse conhecimento em propostas de políticas sólidas” (tradução nossa). As políticas de Trump atingiram a comunidade científica, com restrição de espaços institucionais e acesso a recursos financeiros, e a defesa do papel da ciência nas formulações e decisões de políticas públicas traduz-se sob a forma de investimento em pesquisa e de negócios, como consultorias privadas ou comitês consultivos.

No editorial *Science under President Trump*, a revista *Nature* tinha alertado e depois lamentado a vitória de Trump, classificando-a como uma “bomba sobre a política americana e global”. A revista, alinhada à candidata democrata e à agenda ambiental, considerava Trump inadequado para o cargo, devido às suas posições “contrárias às evidências, desrespeito por aqueles com quem ele discorda e atitudes tóxicas para com as mulheres e outros grupos não têm lugar em uma democracia moderna”.³³ Porém, esperava-se que o sistema de freios e contrapesos, as salvaguardas da democracia nos Estados Unidos, poderia conter os excessos e dificultar a implantação de suas políticas, como tinham feito com as políticas de Obama. No entanto, se decepcionaram com a fragilidade do sistema político para conter Trump. O editorial conclamava que cientistas se fizessem ouvir colocando o debate sobre política e financiamento da ciência no Congresso e nas agências federais.

O trecho do artigo *Why Nature Supports Joe Biden for US President*, publicado em outubro de 2020 e traduzido a seguir, versa sobre a dimensão da politização da ciência e a posição da comunidade científica no governo Trump.

Nenhum presidente dos Estados Unidos na história recente atacou e minou tão implacavelmente tantas instituições valiosas, desde agências científicas até a mídia, os tribunais, o Departamento de Justiça – e até mesmo o sistema eleitoral. Trump

32. Disponível em: <<https://www.scientificamerican.com/article/scientific-american-endorses-joe-biden1/>>.

33. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/nature.2016.20966>>. Tradução nossa.

afirma colocar “América em primeiro lugar”. Mas em sua resposta à pandemia, Trump se colocou em primeiro lugar, não a América.³⁴

Outro exemplo da posição da comunidade científica é o editorial *Dying in Leadership Vacuum* da revista *The New England Journal of Medicine*,³⁵ que apontava a responsabilidade do governo federal pelo agravamento da pandemia nos Estados Unidos. Argumentavam que, além de não utilizar as ferramentas à sua disposição, Trump promovia desinformação sobre a pandemia e minava orientações sanitárias. O editorial lembrava que, embora os NIHs tenham um papel fundamental no desenvolvimento de vacinas, foram excluídos de muitas das decisões governamentais cruciais. Outro tema destacado no texto foi o efeito da politização da FDA.

A Food and Drug Administration tem sido vergonhosamente politizada, parecendo responder à pressão da administração em vez de evidências científicas. Nossos líderes atuais minaram a confiança na ciência e no governo, causando danos que certamente durarão mais que eles. Em vez de confiar na experiência, o governo se voltou para “líderes de opinião” desinformados e charlatões que obscurecem a verdade e facilitam a promulgação de mentiras descaradas (tradução nossa).

Ainda, o editorial lembrava que os Estados Unidos entraram na crise com enormes vantagens, como capacidade de produção, sistema de pesquisa biomédica, experiência em saúde pública, política de saúde e biologia básica, que poderiam ter sido engajadas na busca de novas terapias e de medidas preventivas. “E muito dessa *expertise* nacional reside em instituições governamentais. Mesmo assim, nossos líderes preferiram ignorar e até denegrir os especialistas” (tradução nossa). Em resumo, o editorial responsabilizava a ausência de liderança do presidente pelo fracasso dos Estados Unidos no combate à pandemia, expresso no galopante número de mortos anunciados diariamente. Ainda, traduz a percepção da comunidade científica acerca do impacto da politização da FDA, gerando uma crise de confiança na ciência, governo e nas decisões das autoridades regulatórias.

Outra mobilização reativa à politização e desconfiança da vacina foi a manifestação conjunta de nove empresas desenvolvedoras das vacinas. A declaração publicada no *The Wall Street Journal*³⁶ – subscrita por AstraZeneca, BioNTech, GSK, Johnson & Johnson, Merck, Moderna Inc., Novavax Inc., Pfizer Inc. e Sanofi, que participam da OWS – assegurava que tais empresas não exerceriam pressão para acelerar processos de testes clínicos ou para obter autorização de uso dos imunizantes, pois observavam os padrões científicos e as exigências das autoridades regulatórias. É evidente na mensagem que buscavam resgatar a confiança em seus produtos, mas chama a atenção que tenha sido publicada não

34. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/d41586-020-02852-x>>. Tradução nossa.

35. Disponível em: <<https://bit.ly/3wdo4Tj>>.

36. Disponível em: <<https://on.wsj.com/3nSzxq>>.

em site ou revista científica, mas sim em um periódico do mercado financeiro. Isso revela a preocupação das corporações com o impacto sobre os investidores e a percepção do ambiente geral de desconfiança em relação às vacinas.

Observamos, conforme a teoria das conjunturas fluidas de Dobry (2014), que os atores, movendo-se por lógicas independentes – institucional (a preservação da confiança na FDA), científica (legitimidade e reconhecimento social da capacidade da ciência e da comunidade científica em produzir respostas adequadas e medicamentos seguros) e econômica (temor do impacto da desconfiança da vacina pelos consumidores sobre o mercado financeiro e investidores) – e mobilizando recursos e táticas de ação distintas, a partir de seus espaços sociais, produziram uma mobilização multissetorial na conjuntura de crise que se manifestou em torno do tema da politização da vacina. Essa mobilização inviabilizou a aprovação da vacina no prazo do calendário eleitoral, e, portanto, seu desdobramento político foi o bloqueio da estratégia de Trump.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que o combate à pandemia nos Estados Unidos aprofundou a agenda neoliberal de Trump, promovendo interesses de grupos econômicos ao lado dos seus objetivos eleitorais. A corrida pela vacina, motivada pela situação excepcional da pandemia, formulou consenso sobre sua prioridade, o que reforçou mecanismos de transferência de renda e financeirização em detrimento da agenda social, excluindo alternativas para gestão da crise que pudessem ampliar políticas públicas para o bem-estar social. Em termos do debate político, temas como a desigualdade social e a reforma do sistema de saúde pública, bem como a relação entre o financiamento do sistema inovação em saúde e alto custo dos medicamentos nos Estados Unidos, foram deslocados, perdendo centralidade na agenda, em face da urgência conferida à vacina.

No contexto de crise – ao mesmo tempo sanitária, econômica, social e política –, a politização da vacina nos Estados Unidos foi adquirindo novos sentidos em compasso com a mobilização dos atores. Primeiro, a polarização social em torno das identidades políticas de democratas e republicanos, depois a tensão entre ciência e a política, com a pressão da política sobre as decisões de autoridade regulatórias e científicas, e o campo de valores políticos da sociedade norte-americana. Para uma parte da sociedade americana, a recusa das medidas fundadas nas noções de solidariedade e coletividade, como o uso de máscaras e distanciamento social, foram hostilizadas como formas de ampliação da regulação pública na esfera de liberdade individual. Portanto, a politização, nesse registro, caminhou para uma dimensão mais profunda das tensões entre projetos políticos, tradições e “comunidades imaginadas” em disputa no campo de forças políticas dos Estados Unidos. Os mais

de 74 milhões de votos em Trump, no cenário de pandemia, revelam que seus discursos e práticas encontraram eco, porque ele mobilizou ideias, valores e identidades de diferentes grupos que compõem a base social do conservadorismo republicano (Skocpol e Williansom, 2012).

Por fim, cabe refletir sobre a relação entre ciência e política. O negacionismo e o anticientificismo – a produção social da ignorância que mobiliza valores, interesses e experiências para sustentação de estratégias políticas e econômicas – revelaram, de modo contraditório, a centralidade do conhecimento e das práticas dos cientistas nos processos políticos. Nessa conjuntura, de um lado, houve o discurso em defesa da ciência e de decisões baseadas em evidências, sustentadas pela noção de bem público e bem comum; de outro, a disputa por recursos públicos, posições políticas e institucionais, ciência como prática profissional e grupo de interesse. Essas tensões posicionaram a relação entre ciência e política no debate social e política de um modo particular. Como observa Sarewitz (2020, tradução nossa), a contradição sobre o papel da ciência e dos cientistas expostas pela pandemia mostrou que “o lugar da ciência na política não é determinado pela lógica dos fatos, mas pela influência fundamental dos valores humanos”.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALTZ, M. J. Institutionalizing neoliberalism: CFIUS and the governance of inward foreign direct investment in the United States since 1975. **Review of International Political Economy**, v. 24, n. 5, p. 859-880, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3dKPSYx>>.
- BAKER, S. New poll shows alarming coronavirus vaccine skeptics. **The Harris Poll**, out. 2020.
- BROWN, W. Neoliberalism's Frankenstein: authoritarian freedom in twenty-first century “democracies”. In: BROWN, W.; GORDON, P. E.; PENSKY, M. **Authoritarianism: three inquiries in critical theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.
- COLLIER, R. Massive cuts to science and medicine in Trump budget. **Canadian Medical Association Journal**, n. 189, v. 23, p. E812-E813, 12 jun. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/36bQliz>>.
- COPELAND, R. The secret group of scientists and billionaires pushing a Manhattan project for Covid-19. **The Wall Street Journal**, abr. 2020.
- CORSI, F. L. Pandemia e capitalismo global. **Mundo e desenvolvimento**, v. 1, n. 4, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/36gkkWl>>.

CRUZ, S. C. V. **O presente como história**: economia e política no Brasil pós-64. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. Teoria e método na análise de conjuntura. **Educação e Sociedade**, n. 72, p. 145-152, ago. 2000.

CURTI, M. Intellectuals and other people. **The American Historical Review**, v. 60, n. 2, p. 259-282, jan. 1955.

DOBRY, M. **Sociologia das crises políticas**: a dinâmica das mobilizações multissetoriais. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DURBACH, N. **Bodily matters**: the anti-vaccination movement in England, 1853-1907. Durham/London: Duke University Press, 2005.

EICHBERG, M. J. Public funding of clinical-stage antibiotic development in the United States and European Union. **Health Security**, v. 13, n. 3, p. 156-165, 1 jun. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3yor0Ob>>.

EILPERIN, J. How the West Virginia coal industry changed federal endangered species policy. **The Washington Post**, 11 maio 2017. Disponível em: <<https://wapo.st/3hyH757>>.

FRIAS, L. Fauci says no one in the administration has seen vaccine data despite Trump's boasts that the US will have one "very soon". **Insider**, 23 set. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3wgcwclJ>>.

FUJIMURA, J.; HOLMES, C. Staying the course: on the value of social studies of science in resistance to the "post-truth" movement. **Sociological Forum**, n. 34, p. 1251-1263, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3r0431D>>.

GALVANI, A. P. *et al.* Improving the prognosis of health care in the USA. **The Lancet**, v. 395, n. 10223, p.524-533, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3AveONx>>.

GELLES, D.; DRUCKER, J. Corporate insiders pocket \$1 billion in rush for coronavirus vaccine. **The New York Times**, 25 jul. 2020. Disponível em: <<https://nyti.ms/2V4VKFD>>.

HAEFNER, M. Scientists to stop Covid-19: the informal group steering coronavirus research to the White House. **Becker's Hospital Review**, 28 abr. 2020.

HOFSTADTER, R. **Anti-intellectualism in American life**. New York: Alfred A. Knopf, 1963.

JACOBS, N. F.; KING, D.; MILKIS, S. M. Building a conservative state: partisan polarization and the redeployment of administrative power. **Perspectives on Politics**, v. 17, n. 2, p. 453-469, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3zjyHoR>>.

KAPLAN, S.; GOLDESTINEIN, M.; STEVENSON, A. Trump's vaccine chief has vast ties to drug industry, posing possible conflicts. **The New York Times**, 20 maio 2020. Disponível em: <<https://nyti.ms/3jLBCCD>>.

KELLER, J. The history of the October Surprise. **Smithsonian Magazine**, out. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2Upwjye>>.

KING, D, LIEBERMAN, R. American state. *In*: VALELLY, R.; METTLER, S.; LIEBERMAN, R. (Ed.) **The Oxford handbook of American political development**. Oxford: Oxford Handbook, 2016.

LASCO, G. Medical populism and the Covid-19 pandemic. **Global Public Health**, n. 15, v. 10, p. 1417-1429, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3dHOZjK>>.

LASCO, G.; CURATO, N. Medical populism. **Social Science & Medicine**, n. 221, p. 1-8, 2019. Disponível em: <[doi:10.1016/j.socscimed.2018.12.006](https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.12.006)>.

LATOURE, B. **Down to Earth**: politics in the new climatic changes. Cambridge: Polity Press, 2017.

LOVELACE JUNIOR, B. HHS Secretary Azar says Nov. 1 coronavirus vaccine deadline has “nothing to do with elections”. **CNBC**, 3 set. 2020. Disponível em: <<https://cnb.cx/3wh2rBp>>.

METTLER, S. **The submerged state**: how invisible government policies undermine american democracy. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

MORAES, R. C. Neoliberalismo e neofascismo: é lo mismo pero no é igual? **Crítica Marxista**, v. 1, n. 7, p. 121-126, 1998.

_____. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora Senac, 2001.

_____. A decolagem do neoliberalismo nos Estados Unidos: uma história que ensina. **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 2, p. 107-121, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/36cpi6H>>.

NORONHA, J. C. de; UGÁ, M. A. D. O sistema de saúde dos Estados Unidos. *In*: BUSS, P. M.; LABRA, M. E. (Org.). **Sistemas de saúde**: continuidades e mudanças. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995. Disponível em: <<https://bit.ly/3ynz41D>>.

OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Coronavirus: world economy at risk. **Interim Economic Outlook Forecasts**, mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2UqgE1y>>.

OFFIT, P. A. **The cutter incident**: how America's first polio vaccine led to a growing vaccine crisis. New Haven/London: Yale University Press, 2005.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. **Merchants of the doubt**. New York: Bloomsbury Press, 2010.

PROCTOR, R. N.; SCHIEBINGER, L. (Ed.) **Agnotology**: the making and unmaking of ignorance. Stanford: Stanford University Press, 2008.

ROBERTS, M. As cicatrizes do pós-pandemia. **Carta Maior**, 7 maio 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3qP2jYA>>.

SAMET, J. M.; BURKE, T. A.; GOLDSTEIN, B. D. The Trump administration and the environment. **The New England Journal of Medicine**, v. 376, n. 12, p. 1-7, mar. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3AxiWMU>>.

SAREWITZ, D. Pandemic science and politics. **Issues in Science and Technology**, mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/36d3t6K>>.

SCHWARTZ, M.; PETERS, H. Department of Defense Use of Other Transaction Authority: background, analysis, and issues for congress. **Congressional Research Service** R45521, v. 3, fev. 2019. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R45521>>.

SHADLEN, B. To speed new Covid vaccines, look to patenting. **Issues in Science and Technology**, ago. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3hzxLG9>>.

SILVA, E. A. Investimento e segurança no governo Trump: CFIUS e a proteção da inovação como política de segurança nacional. *In*: BOJIKIAN, N. M. P.; MENEZES, H. Z. (Org.). **A economia política do governo Trump**. Curitiba: Appris, 2021. p. 225-258.

SKOCPOL, T.; WILLIAMSON, V. **The Tea Party and the remaking of Republican conservatism**. New York: Oxford University Press, 2012.

SLAOU, M.; HEPBURN, M. Developing safe and effective Covid vaccines: operation warp speed's strategy and approach. **The New England Journal of Medicine**, out. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3wgSLq1>>.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Impact of coronavirus outbreak on global FDI**. Geneva: UNCTAD, mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3jRL7Ae>> Acesso em: 10 mar. 2020.

USCC – US-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION. **Report to Congress of the U.S.-China Economic and Security Review Commission**. Washington, DC: USCC, 2020.

WOOLHANDLER, S. *et al.* Public policy and health in the Trump Era. **The Lancet**, n. 397, v. 10275, p. 705-753, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3wkPVAk>>.

